

EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS E RIO DE JANEIRO: ecologia de projetos, mercados e trajetórias institucionais¹

AGROECOLOGICAL TRANSITION EXPERIENCES IN THE METROPOLITAN REGION OF SÃO LUÍS AND RIO DE JANEIRO: ecology of projects, markets and institutional trajectories

Annelise Fernandez*

Introdução

Desde a década de 1970, acumularam-se experiências de agricultura alternativa, ecológica e outras, que, ao alargarem o debate sobre os pacotes tecnológicos da Revolução Verde às condicionantes ecológicas, socioeconômicas e políticas do desenvolvimento agrário, progressivamente passaram a ser nomeadas como agroecológicas (Schmitt; Petersen, 2009).

Por todo o país, as experiências agroecológicas² orientadas às comunidades camponesas lograram a conquista de direitos territoriais de agricultores, povos e comunidades tradicionais³. O seu florescimento pôde oportunizar apoios de políticas diversas para a agricultura familiar e temas afins, fortalecendo sua capacidade de resiliência, frente aos objetivos modernizadores do campo brasileiro. Nesse sentido, a agroecologia é comumente apresentada

1 Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa de pós-doutoramento, com financiamento do CNPq, denominado “Mercados e transição agroecológica: circuitos de comercialização do Rio de Janeiro (RJ) e de São Luís (MA)”. * Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil. E-mail: annel-isecff@ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2659-9547>.

2 O balanço de temas e atores envolvidos em experiências de agroecologia em todo o Brasil, produzido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), demonstra a multidimensionalidade de sua atuação. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em 23 maio 2025.

3 Muitas experiências antes pensadas na chave do socioambientalismo passaram a ser nomeadas como agroecológicas. Nessa perspectiva, o importante balanço realizado por Almeida (2004) demonstra como muitos dos movimentos étnicos, de gênero e ecológicos (e suas respectivas formas de territorialização) hoje integram movimentos e redes de agroecologia.

como movimento, prática e ciência⁴. Alguns pesquisadores e técnicos a definem como a ciência da agricultura familiar (Pacheco; Lindoso, 2007) ou a serviço do campesinato (Petersen; Dal Soglio; Caporal, 2009). Apesar de usar o termo “ciência”, esta definição critica o positivismo científico e defende o caráter construtivista e transformador das interações entre acadêmicos e camponeses.

Ao tratar neste artigo de transição agroecológica, busca-se investigar, nos termos de Schmitt e Petersen (2009), os processos ecológico-estruturais, sociais, econômicos e institucionais que em cada realidade interagem e conduzem a transformações sistêmicas de base ecológica. De acordo com os autores, a noção de transição agroecológica como recurso analítico está ainda em construção e sua utilização envolve necessariamente um debate sobre modelos de desenvolvimento. Para Palm (2021), ao se falar em transição agroecológica, o horizonte de reflexão não se limita a realidades ou aspectos específicos da agroecologia, mas busca analisar conexões multiescalares e de interações no tempo de tais processos. O autor também enfatiza que o uso do termo abriga questionamentos sobre a possibilidade de ampliar a escala e a disseminação da agroecologia.

Com base no exposto, o artigo objetiva realizar uma análise comparada sobre as experiências de transição agroecológica nas Regiões Metropolitanas de São Luís e Rio de Janeiro, somando-se aos esforços de pesquisadores em construir estudos com-

parativos sobre o tema em perspectiva territorial (Lamine *et al.*, 2024), em produzir um panorama nacional a respeito de uma nova geração de políticas alimentares e de agroecologia em escalas regionais, estaduais e municipais (Sabourin *et al.*, 2019), além de estudar o papel dos centros metropolitanos na produção de ativismos alimentares (Niederle *et al.*, 2023) e de escoamento da produção local e familiar (Braga; Carneiro, 2019).

Assim, pretende-se apontar, com base na historicidade de tais processos em ambas as capitais, as oportunidades, conquistas e entraves aos processos de transição agroecológica. Três aspectos foram considerados importantes para a consideração desse tema: em primeiro lugar, as condições históricas de reprodução da agricultura familiar, considerando que esta é a base social em torno da qual se assentam as práticas de resistência e inovação das experiências agroecológicas. Em segundo lugar, as formas de territorialização da agroecologia e de que forma constituíram uma ecologia de projetos que, ao longo do tempo, puderam construir sinergias, oportunidades, processos de institucionalização, ou, ao contrário, entraves para a ação coletiva (Palm, 2021). Nesse enfoque, adotou-se a periodização proposta por Strauch e Palm (2019): a) o final dos anos de 1970 a 2000, como o período de emergência de experiências de agriculturas em base agroecológica, que corresponde justamente às formas de resistência de uma diversidade de comunidades rurais

4 Esta definição integrada que surge das experiências precursoras de projetos de tecnologia alternativa (PTAS) é denominada como agroecologia política. Segundo Guéneau; Lima Neto; Braga (2019), há ainda outras visões: a da agroecologia como uma subárea do campo da agronomia com foco nos sistemas produtivos, ou aquela que concebe a agroecologia como ferramenta tecnológica e política para fortalecer a agricultura familiar em relação ao agronegócio. Em outras palavras, nessa perspectiva há uma afinidade de ideais políticos com a agroecologia política, mas há uma preocupação com sua capacidade de melhorar os indicadores de produtividade da agricultura.

e aos processos de expropriação no período da ditadura e da reabertura; b) O período de 2000 a 2016, quando se dá maior abertura para a participação da sociedade civil para a construção e operacionalização de políticas públicas em escala federal; e c) o período a partir de 2016, com o desmonte de uma série de políticas públicas nacionais e o esforço de movimentos sociais agroecológicos para a criação de políticas públicas estaduais (e também municipais). Por fim, descreve-se o terceiro aspecto, isto é, o processo de estruturação de mercados agroecológicos em São Luís e Rio de Janeiro e entornos metropolitanos, demonstrando a importância crescente dos mercados para os movimentos sociais agroecológicos, como espaço de produção de valor mercantil e simbólico (Garcia-Parpet, 2021).

Para fim desta apresentação, cabe dizer que embora a pesquisa tenha tido foco nas realidades das duas capitais e entornos metropolitanos, há uma inevitável referência aos contextos regionais, estaduais, seja no plano das políticas públicas, no plano territorial e mesmo de disponibilidade de dados. Conforme pode ser visto nesta pesquisa e em outros estudos (Sabourin *et al.*, 2019), um conjunto de políticas públicas e conjunturas no plano federal e estadual foram responsáveis pela possibilidade de consolidação ou desestruturação de experiências agroecológicas analisadas em escalas municipais.

Tratando diretamente dos desafios de nosso estudo comparativo, o Maranhão é um dos estados mais rurais do país, e o Rio de Janeiro é o estado mais urbanizado. Este último, com o território de 43.750km², com baixa expressão agrária no PIB brasileiro e

com maior densidade populacional, viveu um processo de pós-industrialização precoce. Já o primeiro, tem 329.651Km² e possui a maior presença de territórios rurais no país.

Além de contrastes regionais, indicadores de ruralidade, dimensões territoriais e temporalidades distintas, foi considerada a semelhança de processos estruturais e a articulação em rede dos movimentos de agroecologia em instância nacional e subnacional (Sabourin *et al.*, 2019). No primeiro caso, vinculadas à Região Amazônica, e no segundo à Região Sudeste.

Em São Luís e no Rio de Janeiro, identificam-se transformações estruturais semelhantes: as formas de resistência de agricultores familiares periurbanos e urbanos frente aos processos de urbanização e industrialização das regiões metropolitanas, a perda dos espaços agricultáveis, e a incidência política na revisão dos planos diretores em curso nas capitais.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: na primeira seção, a partir do levantamento de fontes secundárias, descreve-se a evolução da agricultura familiar em ambos os estados e na segunda seção, a agricultura familiar na Microrregião de Aglomeração Urbana de São Luís e da cidade do Rio de Janeiro⁵. Na terceira seção, são apresentadas as formas de territorialização da agroecologia em âmbito estadual, identificando atores, projetos, sinergias e formas de institucionalização de políticas (Palm, 2021). Por fim, na quarta seção, descrevemos o processo de estruturação de mercados agroecológicos em São Luís e Rio de Janeiro e entornos metropolitanos.

5 Nesse último caso, com levantamento direto de dados do censo agropecuário de 2006 e 2017.

1. A evolução da agricultura familiar maranhense e fluminense

Apresentamos inicialmente alguns dados sobre o espaço agrário maranhense e fluminense e sobre agricultura familiar em ambos os estados, com base em estudos respectivamente de Santos *et al.* (2020) e Alentejano (2019), a partir do uso de dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017.

O Maranhão apresentou, no ano de 2017, de um total de 219.765 estabelecimentos, 187.118 sendo da agricultura familiar, frente a 43.786 estabelecimentos da agricultura familiar fluminense em um total de 65.224 estabelecimentos. Segundo Alentejano (2019), os indicadores da agricultura fluminense surpreenderam pelo aumento do número de estabelecimentos no período de 2006 a 2017, mas, ainda assim, os demais indicadores revelam um quadro de diminuição drástica da produção agrícola, de concentração da terra e do esvaziamento do campo fluminense.

No Maranhão, em termos relativos, a agricultura familiar representa 85% dos estabelecimentos rurais, ocupando 30,88% da área total, enquanto no Rio de Janeiro, significa 67,13% do total de estabelecimentos, ocupando 21,99% de sua área total. No Maranhão, do total do pessoal ocupado na agricultura, 77,64% estão nos estabelecimentos da agricultura familiar. Já no Rio de Janeiro, os dados de Alentejano (2019) referem-se ao percentual da população rural ocupada em atividades agrícolas e, segundo o autor, apenas 30% da população rural fluminense trabalha em atividades agrope-

cuárias. Para o autor, esse dado demonstra como a aposta no desenvolvimento rural fluminense pode estar calcada em outras atividades, tais como o turismo e lazer e prestação de serviços, indicando um processo de desagregação e de perda crescente de territórios rurais.

Ambos os estudos apontam perdas crescentes para a agricultura familiar e maior concentração fundiária, mas com perspectivas distintas. Santos *et al.* (2019) destacam o dinamismo da agricultura familiar no Maranhão, apesar das perdas para o agronegócio e da intensificação da concentração de terras, enquanto Alentejano (2019) apresenta um cenário pessimista, associando o foco econômico em petróleo, gás e turismo ao declínio da agricultura, do emprego rural e ao aumento das desigualdades sociais no Rio de Janeiro.

2. A agricultura nas regiões metropolitanas de São Luís e do Rio de Janeiro

Os dados disponíveis sobre a agricultura familiar são da Grande Ilha ou da Microrregião de Aglomeração Urbana de São Luís (MRH), e foram produzidos por Braga e Carneiro (2019). Esta MRH tem uma área de com 1.412 km² com densidade de 1.049,8 hab/km² (Cidade-Brasil), e é formada pelos quatro municípios da Grande Ilha de São Luís: São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Junto com a Região do Munim, compreende a Região Metropolitana⁶, e é lócus de importantes experiências agroecológicas.

6 É composta por 13 municípios: os 4 municípios da Grande Ilha (São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar), mais 9 municípios: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário, Santa Rita. Deste conjunto, os municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário compõem a Região de Planejamento do Baixo Munim.

No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, esta ocupa uma área de 7.530km², com 22 municípios⁷ e densidade demográfica de cerca de 2.373,7 hab/km² (-Cidade-Brasil). A análise inicial do número e área dos estabelecimentos agropecuários da Região Metropolitana revelou realidades muito díspares em cada município. Como não foi possível acessar um conjunto mais amplo de indicadores do SIDRA/IBGE (Banco de Tabelas Estatísticas do IBGE) para explicar a variação dos dados, foi realizada uma análise das tipologias da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, que possui área de 1.200 km² e densidade demográfica de 5.174,6 hab/km². E, assim como em São Luís, a análise foi qualitativa, considerando as transformações socioespaciais e iniciativas de transição agroecológica vivenciadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No caso da MRH São Luís, Braga e Carneiro (2019), ao compararem os censos de 2006 e 2017, constataram que o número total de estabelecimentos passou de 3.504 para 2.945 estabelecimentos (perda de 15,95%), em uma área total de 11.004 hectares para 4.949 hectares, o que corresponde a uma perda significativa da área total nesse período, correspondendo a 55% de redução. Houve um expressivo aumento do número de estabelecimentos não familiares (de 288 para 403), mas uma forte redução da área dessa tipologia de agricultura que passou de uma área total de 8.233 hectares para 2.331 hectares (uma perda de 71,69%). Já os indicadores da agricultura familiar revelam uma diminuição do número de estabelecimentos (de 3.216 para 2.542) e estabilidade

no total da área (2.771 para 2.616 hectares), correspondendo a uma redução de 5.59%.

No caso da capital fluminense, observa-se um quadro de diminuição dos indicadores de área e ligeiro aumento do número de estabelecimentos, que passaram de 1.055 para 1.101 e a área passou de 9.424 hectares para 7.157,25 hectares: uma perda de 24,62% da área total. Analisando esses dados por tipologia de agricultura, o número de estabelecimentos familiares passou, entre 2006-2017, de 790 para 746, e a área total passou de 2.979 hectares para 2.425 hectares, uma perda de 18,59%. Já a agricultura não familiar, o número de estabelecimentos aumentou de 265 para 355 e a área diminuiu de 6.445 para 4.732 hectares, representando uma perda de 26,58%.

Na MRH São Luís, tanto em números absolutos quanto relativos, houve aumento do número de estabelecimentos entre 0 e 5 hectares, passando de 76,6% em 2006, para 94,63%, em 2017 (Braga; Carneiro, 2019).

No Rio de Janeiro, observa-se fenômeno parecido. Em 2006, as propriedades de até 5 hectares equivalem a 59,52% do total de estabelecimentos em uma área total de 11,36%. Em 2017, este total passa para 71,11% do total de estabelecimentos e uma área total de 15,85%. Em números absolutos é a faixa com maior número de estabelecimentos: passa de 628 em 2006, para 783 em 2017.

O estudo comparativo das condições de reprodução da agricultura familiar e não familiar nas duas capitais e entornos metropolitanos identificou tendências parecidas de fracionamento do solo, com o aumento

7 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por 22 municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá.

de estabelecimentos de até 5 hectares, diminuição significativa dos estabelecimentos acima de 100 hectares e fragilidade crescente da agricultura familiar. No entanto, tais processos de mudança social possuem temporalidades, intensidades distintas e estão condicionados a dinâmicas regionais diferentes.

Em relação à capital fluminense, a MRH São Luís viveu no período 2006-2017, um processo muitíssimo mais intenso de perda de área de estabelecimentos, com uma redução de 55% da área total, e na categoria de agricultura não familiar a perda foi de 71,69%. Apesar de um processo de resistência de cerca de 10 anos de movimentos sociais na Grande Ilha, esses dados coincidem com a aprovação do novo Plano Diretor que reduziu a Zona Rural do município de São Luís em cerca de 30%. Não obstante esses dados alarmantes, a área de estabelecimentos da agricultura familiar se manteve estável com uma perda de apenas 5,59%, indicando a capacidade de resiliência dessa categoria, e conta com apoios institucionais nas instâncias estaduais e municipais (com capacidade de acesso a políticas públicas federais), ainda que apresentem muitas fragilidades.

O Rio de Janeiro, pelo seu histórico mais antigo de urbanização, elevada densidade demográfica e extinção das áreas rurais há algumas décadas, vem sofrendo perdas de forma continuada no tempo. Embora seus indicadores não sejam tão alarmantes, quanto os expressivos 55% de perda da área total de estabelecimentos de São Luís, apresentam também uma perda não desprezível de 24,62%. Assim, observa-se no Rio de Janeiro uma progressiva redução do pouco que se tinha, tanto na área de estabelecimentos da agricultura familiar com perdas de 18,59%, quanto da agricultura não fa-

miliar com perda de 26,58%. Outro dado a ser destacado é o aumento de concentração de terras nos estabelecimentos cariocas na faixa de 20 a 50 hectares e de 50 a 100 hectares, que pode ser resultado do fracionamento de propriedades maiores do que 100 hectares. Nessa faixa, a área total passou de 3.626 hectares para 644 hectares, passando de um total da área de 41,56% para 10,69%.

Também na MRH de São Luís, observou-se fenômeno parecido no grupo acima de 100 hectares. A área total passou de 3.351 hectares para 410 hectares, passando de 43,3% do total da área para 8,28%. Sob uma perspectiva ampla, na MRH São Luís houve diminuição de indicadores em todas as faixas, exceto naquela de 0 a 5 hectares (Braga; Carneiro, 2019).

Na capital fluminense, o número reduzido (mas não desprezível) de estabelecimentos agropecuários, em especial da agricultura familiar (746 estabelecimentos), tem contribuído para um quadro de invisibilidade dessa agricultura e pluriatividade, por conseguinte de enfraquecimento de apoios e estruturas institucionais de assistência técnica e de políticas públicas para o setor.

3. Processos de territorialização e institucionalização da agroecologia no Maranhão e no Rio de Janeiro

3.1. Final dos anos de 1970 a 2000

A discussão da agroecologia se inicia no Maranhão na década de 1980, frente ao aumento de intensidade dos conflitos agrários no estado em razão da expansão do modelo agrícola modernizador e a busca de modelos alternativos que começavam a ser propagados pela Comissão Pastoral da Terra (Guéneau; Lima Neto; Braga, 2019). Contudo, justamente por esse contexto conflituo-

so, ressalta Marluze Pastor Santos (2007), a agroecologia teve dificuldade de promover grandes debates públicos, o que pode explicar a existência de poucos registros escritos sobre a riqueza de experiências de desenvolvimento de agroecossistemas, tecnologias e práticas nesse período.

O Maranhão se destaca pela criação precursora da primeira pós-graduação em agroecologia, no ano de 1996, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – a primeira a trazer a denominação agroecologia em nível de mestrado. Sua criação é um marco importante da construção agroecológica no estado (Guéneau; Lima Neto; Braga, 2019). O curso, inicialmente marcado por uma concepção holista⁸ dos processos produtivos, a partir de 2005 sofreu uma reformulação com a retirada de disciplinas humanas e sociais e concentração na área de ciências agrônômicas, consolidando, portanto, uma concepção de agroecologia científica, menos preocupada com as condicionantes sociais, políticas e econômicas dos agroecossistemas (Guéneau; Lima Neto; Braga, 2019).

Também em 1998 é constituída a Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA), considerada uma das mais antigas redes de agroecologia no país. Inicialmente, ela sur-

ge com poucas organizações – a Associação Comunitária em Saúde e Agricultura (ACE-SA)⁹, a Cáritas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – responsáveis pela organização do I Seminário de Agricultura Sustentável do Maranhão, quando é criada a RAMA (Loch *et al.*, 2018). Na atualidade, essa Rede é composta por 23 organizações das regiões Tocantina, do Médio Mearim, da Baixada, do Sul, do Baixo Parnaíba, dos Cocais, do Baixo Munim e do Litoral (RAMA, 2024), e está vinculada à Articulação Nacional de Agroecologia – Amazônia, composta por nove estados.

No Rio de Janeiro, um grupo de estudantes predominantemente das ciências agrárias fundou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), entre final dos anos 1970 e início dos anos 1980¹⁰, o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) e promovia, de forma autogestionada, grupos de estudos e estágios de vivência com agricultores em diferentes regiões do estado fluminense. De acordo com depoimentos de seus ex-integrantes, essa experiência foi revolucionária e decisiva nas escolhas profissionais dos agrônomos que por ali passaram. Contudo, era um pequeno espaço crítico em um ambiente acadêmico marcado pelo padrão dominante de modernização da agricultura.

8 De acordo com Guéneau, Lima Neto e Braga (2019), a concepção holista corresponde a uma indissociabilidade entre as dimensões culturais, políticas, ambientais, técnicas, tecnológicas e econômicas, correspondendo, portanto, à concepção de Ecologia Política à qual se fazia referência desde os movimentos de agricultura alternativa.

9 De acordo com o site da ACESA, ela foi criada em 2006, mas é oriunda do Movimento Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (1986), com apoio da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção para a organização dos agricultores em comunidades de base.

10 Existe controvérsia quanto ao ano de criação do GAE. O site oficial indica o ano de 1983, enquanto alguns participantes históricos mencionam 1982. Segundo Strauch e Palm (2019, p. 217), o ano seria 1978, baseado na seguinte informação: “um grupo de estudantes da UFRRJ passou a realizar encontros para estudar e debater formas alternativas de praticar agricultura, influenciando as turmas de ciências agrárias dos anos de 1976, 1977 e 1978, compostas por diferentes pessoas que participaram do desenvolvimento dos movimentos relacionados à agroecologia e à agricultura orgânica no estado durante as décadas de 1980 e 1990”.

Como resultado, incentivava a formação de profissionais de assistência técnica de base agroecológica em diferentes regiões do estado fluminense e que, posteriormente, participariam da formação de articulações políticas de agroecologia estaduais e nacionais.

Alguns desses agrônomos formados na UFRRJ também adquiriram sítios e se estabeleceram nas regiões de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. De acordo com Palm (2021), esse novo estilo de vida era possibilitado pela existência de outras fontes de renda, permitindo experimentações na agricultura por jovens predominantemente na faixa entre 20 e 30 anos.

Nesse contexto, a criação da Cooperativa dos Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais Coonatura, criada em 1979 e registrada em 1981, é um marco da comercialização de alimentos orgânicos, e até seu encerramento em 1999 estabeleceu importante canal de escoamento dos produtos da Região Serrana para a capital. Essa cooperativa tinha inicialmente cerca de 300 associados e chegou a ter dois mil associados-consumidores (Ferreira, 2013). Ela nasceu a partir da mobilização feita por Joaquim Moura, que no período de 1976 a 1979 escrevia para a seção “Cartas de leitores” do *Jornal do Brasil* sobre temas relacionados à contaminação de alimentos, entre outros. Além da produção orgânica, a Coonatura também se dedicava à militância antinuclear e movimentos pacifistas (Moireira, 2022).

Outro marco significativo da agricultura alternativa no Rio de Janeiro foi a realização do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), que ocorreu em Petrópolis no ano de 1984, reunindo 1.800 pessoas (Luzzi, 2008). De acordo com de-

poimentos obtidos por Palm (2021), os encontros do EBAA foram importantes para unir atores que realizavam experiências de forma isolada nos seus sítios.

No ano de 1985, é criada a Associação de Produtores Biológicos do Brasil (ABIO), que se tornou uma entidade de certificação orgânica. Em pesquisa realizada pelo pesquisador Renato de Assis (Palm, 2021), observa-se que 73% dos seus associados possuíam curso superior, demonstrando recursos culturais e econômicos para resistir às adversidades de um mercado orgânico que se iniciava (Ferreira, 2013).

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada ECO-92, no Rio de Janeiro, contribuiu para o alargamento da perspectiva política do debate ambiental. Destaca-se o papel do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA/UFRRJ¹¹), como um espaço fundamental de penetração da ecologia política e suas ramificações.

Entre 1992 e 1993, houve intenso debate na UFRRJ sobre a implementação de uma Pós-Graduação em Agroecologia. Devido à falta de consenso quanto ao perfil do curso (Frade, 2000), a proposta não foi aprovada. Em consequência dessas demandas, em 1995 foi criada a Área de Agroecologia no Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. Da mesma forma, em 1993 foi criada a Fazendainha Agroecológica: uma área de 70 km² organizada como um sistema integrado de produção agroecológica (SIPA), resultado do ambiente acadêmico-institucional voltado à pesquisa e à extensão em agroecologia. A Fazendainha é uma experiência internacionalmente reconhecida, e é coordenada de forma compartilhada por três

11 O CPDA foi fundado em 1976.

instituições de pesquisa: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO) e UFRRJ, todas localizadas no chamado KM47 da BR-465 no município de Seropédica (RJ). Apenas em 2009 é criado o Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica na UFRRJ. A ênfase em produção orgânica sugere seu perfil mais orientado às ciências agrônômicas, tal como se deu no Maranhão.

Em 1994, foi criada a Feira Orgânica da Glória na cidade do Rio de Janeiro, resultado de uma parceria entre a ABIO e a Coonatura, estabelecendo mais um importante canal para o escoamento da produção orgânica da Região Serrana. Palm (2021) confirma, assim, como o processo de transição agroecológica nessa região esteve predominantemente marcado pela construção de mercados e promoção de práticas e tecnologias sustentáveis.

Em 1998, com caráter mais institucional, foi criada a Rede Agroecologia-Rio¹², com o objetivo de promover o movimento agroecológico nas regiões metropolitanas e serranas do estado (Strauch; Palm, 2019). No entanto, os autores apontam que a não liberação dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) para a realização das ações previstas, prejudicou o avanço da Rede.

No mesmo ano, foi criada a Comissão de Produção Orgânica do Rio de Janeiro (CPORG-RJ), cujos representantes participaram ativamente do desenvolvimento da Lei federal 10.831/2003 e do Decreto nº

6.223/2007, ambos relacionados à agricultura orgânica.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento do conhecimento agroecológico e de sistemas produtivos agroecológicos, identificado em ambos os estados, refere-se à janela de oportunidade política proporcionada pelo Projeto Lumiar/Incrá, que disponibilizou recursos para a atuação de organizações sociais na extensão rural em áreas de assentamento. No Maranhão, os representantes da ONG Tijupá¹³, fundada em 1990, e atuando em parceria com agências ecumênicas europeias na Região da Baixada Maranhense, fizeram referência a esse projeto (1997/2000), como um marco importante para o início da atuação da ONG. Em 2004, a Tijupá assinou novo convênio com o Incra, aumentando o alcance das ações em agroecologia e triplicando seu público de atuação.

No estado do Rio, a Cooperativa Cedro foi criada em 1999 por profissionais que participaram do Projeto Lumiar/Incrá (1997/2000). Essa cooperativa atuou em atividades de assistência técnica com enfoque agroecológico em assentamentos e contribuiu para o desenvolvimento de redes institucionais relacionadas à agroecologia no estado (Gollo, 2014). No ano de 1989, é criada a ONG Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa¹⁴ (AS-PTA), que inaugura o Programa de Agricultura Urbana na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (Strauch; Palm, 2019). A AS-PTA, junto com a Cedro, tiveram grande importância na sistematização de experiências e

12 Coordenada pela EMBRAPA Agrobiologia, a ONG Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), a Pesagro e a Emater-Rio, apoiadas com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).

13 Egressa dos chamados projetos de tecnologia alternativa (PTA).

14 Posteriormente denominada AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecológica.

criação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), no ano de 2006. A AS-PTA também teve importante participação na criação, em 2009, da Rede Carioca de Agricultura Urbana em 2009.

3.2. O período de 2000 a 2016

Como resultado das etapas preparatórias para o segundo Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em Recife em 2006, a RAMA organizou o livro *Experiências agroecológicas no estado do Maranhão* (Pacheco; Lindoso, 2007). Esta publicação apresenta os seguintes temas selecionados pela RAMA: reforma agrária, economia solidária, direitos de populações tradicionais, produção sustentável, resgate de recursos genéticos, impactos de grandes projetos, bem como de financiamento para a produção agroecológica a partir de relatos de experiências em diferentes partes do estado.

No Rio de Janeiro, de forma semelhante, encontros preparatórios para o II ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) resultaram em um mapeamento colaborativo de 32 experiências no estado. Em 2007, buscando fortalecer essa rede, o Projeto “Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”, financiado pelo CNPq/Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) deu continuidade às atividades de mapeamento, identificação e sistematização de experiências¹⁵. Em 2009, a oficina preparatória para o II Seminário Nacional sobre Construção do Conhecimento Agroecológico resultou na publicação *Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro*, realizando um panorama das experiências agroecológicas no estado (Gollo *et al.*, 2014).

No Rio de Janeiro, Strauch e Palm (2019) apontam que o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-RJ), a partir de chamamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi elaborado entre 2004 e 2006 e contou com a participação de 3.100 pessoas. Foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), mas nunca implementado. Outro marco de participação foi a Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário em 2013. O Plano de Desenvolvimento Rural foi concluído em 2018, mas igualmente não implementado.

O Programa Rio Rural executado pela Emater-Rio, no período entre 2006 e 2016, com recursos do Banco Mundial e contrapartida do Governo de Estado, trouxe dinamismo à pauta da agricultura familiar no estado. Esse Programa teve importante atuação na Região Noroeste, Serrana e Centro-Sul fluminense do estado. As ações

15 Pereira e Sousa (2012) fazem uma síntese dos principais enfrentamentos vividos por agricultores, pescadores e comunidades tradicionais nas diferentes regiões: a) Região Metropolitana: pressão imobiliária sobre áreas urbanas, problemas de violência, desigualdade, poluição e insegurança alimentar, dificuldades de acesso à terra, pobreza e grilagem de terras, falta de acesso à saúde; b) Região Serramar: questão fundiária, conflitos com unidades de conservação, valorização da terra por atividades de lazer e turismo, problemas relacionados ao relevo e pluviosidade, problemas de atravessamento na comercialização, conflitos ambientais; c) Região Norte Fluminense: conflitos de terra (latifúndios), monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto, pressão de fiscalização ambiental sobre os assentamentos, ausência de crédito, uso intensivo de insumos químicos pelos produtores, assentamentos em área de restinga; d) Região da Costa Verde: conflitos com unidades de conservação e uso agrícola, extrativismo de palmito juçara; e) Região Médio Paraíba: conflitos de terra, acampamento Terra Livre com cerca de dez anos, entrada de eucalipto na região; f) Região Serrana: uso intensivo de agrotóxicos pela agricultura familiar.

territoriais do Programa eram planejadas a partir do recorte “bacias hidrográficas”¹⁶ e, embora não tivesse em sua concepção princípios da agroecologia, incorporou técnicos com essa formação e previa uso de metodologias participativas, de modo que teve efeitos positivos na ecologia de projetos (Palm, 2021) que compuseram a territorialização da agroecologia no estado fluminense.

3.3. A partir de 2016

Com o fechamento de oportunidades políticas em instância federal a partir da gestão de Michel Temer (Lourenço *et al.*, 2022), há uma aposta dos movimentos sociais na construção de políticas e legislações estaduais em agroecologia.

Na elaboração da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no Rio, movimentos do setor foram surpreendidos pelo PL nº 2.746/2017, apresentado sem diálogo com os atores sociais e baseado em cópia do texto paulista. Em resposta, os movimentos articulados pela CPORG-RJ buscaram aprimorar a proposta. Frente à impossibilidade de seguir com este texto, em 2018, é retomado o PL nº 522/2015, este sim construído de forma participativa e aprovado em novembro de 2019 – a Lei 8.625, que institui a PEAPO-RJ (Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica). De acordo com Gollo (2023), a regulamentação da lei e uma sequência de deliberações no âmbito da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) e do CEDRUS, entre elas a criação da Câmara Técnica de Agricultura Orgânica e Agroeco-

logia (CTAOAE), resultaram na publicação do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (PLEAPO), em 1º de dezembro de 2022.

Assim, como já apontado no caso fluminense, constata-se que excetuando espaços de conselhos tais como a CPORG-RJ, mais focado na produção orgânica, ou o CEDRUS-RJ – tentativas de formação de redes institucionais de agroecologia –, a implementação dos planos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de propostas em conferência de desenvolvimento rural, e da PEAPO-RJ em 2018 e PLEAPO em 2022, pouco se consolidaram.

No Maranhão, Guéneau, Lima Neto e Braga (2019), ao analisarem os atores, processos, representações e instituições envolvidos na constituição da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-MA - Lei 10.986/2018), sancionada em 24 de dezembro de 2018, destacam a relevância da conjuntura política favorável advinda da eleição de Flavio Dino ao governo estadual em 2014. Ressaltam também a implementação de uma agenda alinhada às pautas de esquerda e às demandas da agricultura familiar, evidenciada pela criação da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) em 2015 – criada como uma secretaria distinta da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAGRIMA), focada no agronegócio. No mesmo período, instituiu-se o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) – versão estadual dos programas federais de compras governamentais.

16 O projeto alcançou 373 microbacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro, alcançando resultados positivos na autogestão comunitária de recursos naturais e protagonismo de agricultores em instâncias municipais e estaduais de decisão.

Um dos coordenadores da Tijupá relata que a elaboração da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (PEAPO-MA) começou com reuniões na RAMA, seguidas de consultas em universidades e outros espaços. Com base em um texto da sociedade civil, foi feita uma proposta de lei apresentada ao CEDRUS-MA, vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Naquele momento, a Superintendente de Biodiversidade, Extrativismo, Povos e Comunidades Tradicionais da SAF (egressa do MICCB¹⁷) criou um grupo de trabalho no CEDRUS para discutir a PEAPO-MA, desempenhando papel estratégico nos trâmites institucionais. Com apoio do Conselho, uma minuta da Lei foi desenvolvida e ajustada para projeto de lei pelo deputado Bira do Pindaré (atual Secretário da SAF), sendo aprovada sem oposição. Contudo, alterações feitas pela Casa Civil retiraram a gestão compartilhada e mecanismos de financiamento, alterando o que o representante da Tijupá definiu como o “coração da lei”. Assim, ele conclui com pessimismo que “é uma lei para dizer que existe” (entrevista concedida à autora, em 21 de set. 2023).

A seguir, apresenta-se a perspectiva de atores institucionais de agências estaduais sobre as relações entre agroecologia e agricultura familiar. Segundo Guéneau, Lima Neto e Braga (2019), observa-se nessas agências uma concepção de agroecologia voltada a uma agricultura familiar mais competitiva em relação ao agronegócio. Os relatos analisados corroboram essa interpretação, mas também indicam que as limitações orçamentárias das agências e

a experiência dos técnicos em contextos de extrema pobreza contribuem para uma abordagem mais holística da agroecologia, com foco na utilização de recursos e conhecimentos locais no enfrentamento da insegurança alimentar.

Entrevistas com funcionários e gestores da SAF indicam que a agroecologia ainda é pouco institucionalizada na Secretaria¹⁸. Apesar disso, alguns depoimentos ressaltaram a afinidade entre agricultura familiar e agroecologia, ambas ligadas à resistência, economia solidária e oposição ao modelo dominante do agronegócio. Para o secretário adjunto, a presença de valores e agentes oriundos de movimentos sociais favorece a penetração da agroecologia nas instituições públicas.

Está vindo de baixo para cima. Fui um dos fundadores da RAMA, pela Cáritas, tentava falar sobre agroecologia nos espaços de governo. Hoje que a sociedade e civil acabou incidindo em muitos temas: agroecologia, economia solidária, PROCAF são demandas da sociedade. (entrevista concedida à autora em 04 ago. 2023)

A Superintendência de Organização Produtiva destacou a vocação do Maranhão para a agroecologia devido ao quantitativo de comunidades tradicionais e seus métodos de cultivo. A Superintendente observa que diversas ações e projetos, como o uso de sementes crioulas e adubos naturais em vez de fertilizantes químicos, têm perfil agroecológico, mas não são reconhecidos como tal. Ela ressalta ainda que a SAF pode orientar os projetos financiados em direção à agroecologia, uma vez que a secretaria

17 Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

18 No organograma da SAF, na Superintendência de Produção, consta o Departamento de Agroecologia e Soberania Alimentar, que estava desativado, mas teve sua reativação solicitada.

financia os projetos que serão executados pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP). Verifica-se que, sem o apoio técnico, eles podem até ser implantados, mas dificilmente terão continuidade.

De acordo com o coordenador de Desenvolvimento Sustentável da AGERP, a maior parte do público atendido pela Instituição é composta por famílias de agricultores familiares registradas no CadÚnico. A AGERP¹⁹ estabelece termos de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para implementar projetos de inclusão produtiva e transferência de renda voltados à segurança alimentar dessas famílias. Inicialmente, a prioridade é mitigar a fome e a pobreza, para posteriormente atender agricultores em situação mais consolidada.

O Coordenador aponta que, embora a missão da Instituição mencione atender agricultores em base agroecológica, essa não é a prática predominante na AGERP. Ele atribui a adoção de práticas próximas à agroecologia ao perfil das famílias atendidas, focadas no autoconsumo, e à limitação de recursos para aquisição de insumos externos. Assim, mesmo sem formação específica, os técnicos acabam utilizando recursos locais, alinhando-se aos princípios da agroecologia.

No entanto, a agroecologia aparece de modo evidente no Setor de Pesquisa da AGERP, com o desenvolvimento de pesquisas sobre as roças tradicionais para o desenvolvimento de tecnologias para maior produtividade do solo, tais como: adubo

verde, avaliação do solo, arquitetura, mudança de alinhamento. As pesquisas são realizadas nos moldes da pesquisa-ação, de forma que “os dados são nossos e a roça é de vocês[agricultores]” diz Marluze Pastor Santos, coordenadora desse setor e um dos nomes históricos da agroecologia no Maranhão. Ela comemora nesse estudo das roças, a obtenção de indicadores de aumento de produtividade de 30%. Os estudos incluem caracterização de sementes tradicionais (em parceria com a UEMA e Escola Família Agrícola), valorização da mandioca, desenvolvimento de sistemas agrofloreais com 12 espécies, uso medicinal de oleaginosas e simplificação de processos agroindustriais.

Apesar do contexto de pobreza extrema, a AGERP também atua na organização produtiva e na inserção de agricultores em mercados mais estruturados, especialmente nas feiras institucionais promovidas pela SAF. Sobre isso o Coordenador afirma:

... aquele grupo que estava lá no Arraial de Santo Antônio está mais avançado. É formado por associações e cooperativas e não tem só a AGERP e SAF, tem EMBRAPA, SEBRAE e SENAR. Eles são o espelho do que gostaríamos de realizar. (entrevista concedida à autora em 07 ago.2023)

Retornando à SAF, na Superintendência de Mercados, o tema de agroecologia tem menor penetração. Uma gestora apontou certa descrença em sua implementação devido à pressão dos agricultores em produzir, e às dificuldades da ATER. Já para o chefe do Departamento de Feiras e Mercados

19 A atuação da AGERP abrange 131 municípios do estado, com aproximadamente 197 técnicos e 19 escritórios regionais, sendo um situado na Região Metropolitana.

(DFM)²⁰, a pauta da agroecologia aparece nas feiras da SAF pelo perfil dos produtores que praticam extrativismo, que exige pouco uso de defensivos agrícolas. Embora a SAF incentive temas como agricultura saudável e redução de agrotóxicos, sua influência é limitada por não atuar diretamente com os produtores em campo. Por isso, reconhece que a produção agroecológica na horticultura ainda está distante da realidade.

As feiras institucionais são eventos organizados ou que contam com a participação da SAF como convidada. Por exemplo, na Feira AgroBalsas – uma feira que acontece na região dominada pela sojicultura e pecuária do agronegócio – promovida pela SAGRIMA, a SAF recebeu um *stand* para comercialização e divulgação. Ela então convida cerca de oito a dez produtores, selecionando aqueles que representam a agricultura familiar do estado, com produtos que atendem aos requisitos de qualidade e documentação formal.

Agora imagina o impacto. Você está em um evento altamente elitizado, onde tem os fazendeiros, (...) povo do agronegócio. Aí você chega com uma caravana com quatro representantes do MST, do Armazém do Campo. (...) Quando você chega, apresenta para ele uma banquinha bonitinha, toda arumadinha, vê uma cachaça, um arroz, um arroz empacotadinho, um cafezinho orgânico, tudo bonitinho. ‘Quanto é? Posso provar? A reação é: do MST? Você está doido? Mas isso aqui é gostoso! Eles não sabem o que é e criam uma perspectiva de uma realidade diferente.

Mas eles ficavam cientes de que era uma barraca do MST? (entrevistadora)

Ficavam e não ficavam, porque inicialmente era uma barraca do Estado e lá no fundo da barraquinha tinha a logo do MST (...). Foi uma abertura de mercado, nós conseguimos levar produtos da agricultura familiar para uma feira de agronegócio. (Coordenador de Feiras e Eventos do DFM, 7 ago. 2023, entrevista realizada em 09 ago. 2023)

A Superintendência de Mercados coordena o eixo de mercados institucionais, incluindo o PAA com recursos do MDS, executado em parceria com AGERP e prefeituras. Auxilia a Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED) na execução do PNAE, participando de reuniões e fornecendo dados sobre agricultores familiares. Atualmente, também articula o PNAE indígena com apoio da Mesa de Diálogos Catrapovos, Defensoria Estadual, e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Segundo a Superintendente, a organização ISPN provocou a SAF para participar dessa articulação, visto que o Maranhão tem 17 territórios indígenas e dois em fase de homologação.

4. A estruturação de mercados agroecológicos em São Luís e Rio de Janeiro e entornos metropolitanos

Conforme mencionado anteriormente, a comparação entre as regiões metropolitanas de São Luís e Rio de Janeiro revela processos estruturais análogos, embora apresentem diferentes condições institucionais e

20 Responsável pela organização de: 1) Feiras Institucionais (feiras evento ou exposição com calendário anual); 2) a organização de pequenas feiras da Agricultura Familiar em repartições públicas em São Luís; e 3) o Programa Mais Feiras, com a distribuição de kits feiras para associações de produtores, para prefeituras ou órgãos do próprio estado.

indicadores relativos à agricultura familiar. No caso da MRH São Luís, o estudo de Braga e Carneiro (2019) demonstra a forte presença de territórios rurais e de relativa manutenção da agricultura familiar (apesar da intensidade de perda das áreas rurais), possibilitando aos agricultores familiares urbanos e periurbanos a participação estratégica tanto em mercados alternativos²¹ como convencionais (Carneiro; Braga, 2020), além de mercados institucionais como o PAA, PNAE e PROCAF. Segundo os autores, somente no município de São Luís existem 51 polos agrícolas. Parte desses agricultores são alcançados por políticas e projetos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), e em âmbito estadual, a SAF, a AGERP e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

No entanto, a maioria desses produtores não está envolvida nos circuitos agroecológicos de São Luís. Os participantes de feiras agroecológicas são de regiões metropolitanas, especialmente de assentamentos e produtores, processadoras de alimentos e artesãs da Zona Rural de São Luís, que tinham muito pouco ou nenhum acesso a esses mercados da agricultura familiar²². Na criação dos circuitos agroecológicos de São Luís e entorno metropolitano, nota-se o suporte e conexões históricas com entidades estaduais de Economia Solidária, como a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), e o Centro de Referência em Economia Solidária (CRESOL).

Na capital do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, os indicadores da agricultura familiar demonstram sua progressiva

fragilização, além de baixa cobertura de políticas agrárias ou suporte institucional. A partir da década de 1970, de forma mais evidente, os agricultores começaram a ser impactados tanto pelo processo de urbanização e especulação imobiliária quanto pelas mudanças nas relações produtivas da agricultura. São agricultores descapitalizados, que preservaram técnicas tradicionais de produção em pequena escala, e muitos deles ainda transportam seus produtos com tração animal. Essas transformações alteraram o papel que a agricultura desempenhava no abastecimento da capital. Apesar de não ter desaparecido, ela passou a fornecer produtos para mercados locais e periféricos.

O histórico de atuação da agroecologia na capital esteve, portanto, orientado para esse perfil de agricultores familiares tradicionais e, de modo crescente, com outras expressões de agricultura, tais como a agricultura de quintais em espaços comunitários e favelas.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as ações de agroecologia estão inseridas no contexto da luta pela terra e formação de assentamentos na Baixada Fluminense durante os anos 1980 (Medeiros, 2015). Além do enfrentamento a grandes projetos de desenvolvimento, dos conflitos com áreas de conservação e da expansão urbana, Medeiros, Souza e Alentejano (2002) ressaltam ainda que, apesar da origem rural dos assentados, eles já tinham experiência em várias atividades urbanas, como construção civil, comércio e outras. Desse modo, viam a ocupação de terras como uma opção para trabalho e moradia.

21 Dentre os mercados alternativos de venda direta acompanhados pelos autores, estão as feirinhas da agricultura familiar organizadas por instituições tais como a AGERP e a SAF.

22 A assistência técnica da Tijupá também foi fundamental para o acesso desses agricultores aos mercados institucionais.

A seguir, apresenta-se um resumo dos movimentos de agroecologia nas duas regiões metropolitanas e a importância crescente dos mercados como estratégia de reconversão material e simbólica.

4.1. São Luís

Na Região Metropolitana de São Luís há um histórico importante de experiências agroecológicas fomentadas pela ONG Tijupá, em articulação com outras organizações que compõem a RAMA, estimulando a organização de mercados agroecológicos, que se estendem à capital São Luís.

A partir de 2006, a Tijupá definiu sua área de atuação na microrregião de Rosário, quando realizou diagnósticos e planos de desenvolvimento agroecológicos municipais. No Triênio 2008-2011, realizou um investimento maior no fortalecimento dos grupos produtivos e mercados com a criação do Programa em Economia Solidária. No período 2012-2017, em novo contrato com o Incra, a ONG deu continuidade ao trabalho de ATER em bases agroecológicas, ampliando para oito assentamentos, com 1.516 famílias. As experiências pontuais de feiras, desde o final da década de 1990, e a criação do Programa de Economia Solidária da Tijupá, a partir da década de 2010, dão origem às feiras municipais em Morros, Presidente Juscelino, Rosário e Cachoeira Grande e posteriormente em São Luís.

De acordo com representantes da ONG Tijupá, as feiras surgiram a partir de um exercício de descoberta para os agricultores de produtos disponíveis em suas roças e quintais e que poderiam ser comercializados. Esses alimentos incluíam tanto os que estavam apenas na esfera da troca e da dádiva (Sabourin, 2013) entre as famílias camponesas, quanto os que nem sequer fa-

ziam parte de sua alimentação diária.

Só trazia o amarelo e branco, hoje já trabalha outros produtos. [...]. Faz biscoito da fécula da mandioca, o pão da macaxeira. A gente se sentiu melhor. Já consumia em casa, não vendia e não sabia. A Tijupá está em primeiro lugar porque nos orientou. A gente estava no mato e eles nos deram experiência para nos trazer até aqui. (Agricultora do Trecho Patizal na Feira de Morros, 21 jun. 2023)

Desse modo, as feiras agroecológicas demonstram a capacidade produtiva das regiões e a variedade de produtos que podem ser vendidos além da farinha. Assim, os produtos passam a ser portadores dos modos de vida de regiões específicas. O estímulo à diversidade de produtos faz parte de um projeto mais abrangente de transição agroecológica: a reprodução social dos agricultores e reforma agrária, a ampliação dos hábitos alimentares de agricultores e consumidores, a garantia da segurança e soberania alimentar por meio da realocização dos alimentos, a possibilidade de os agricultores se protegerem contra perdas de produção ou quedas de preços nos mercados, a autonomia das mulheres, entre outros aspectos. Assim, a atuação da Tijupá permitiu que os agricultores deixassem de vender apenas para intermediários e comesçassem a acessar mercados diretos.

Nas áreas rurais da Grande Ilha, a conexão com movimentos de agroecologia e a participação em mercados aconteceu em meio à luta das comunidades tradicionais para defender seus territórios contra grandes projetos de desenvolvimento. A instalação do Complexo Portuário de São Luís e das respectivas infraestruturas (ferrovias e terminais ferroviários, rodovias, terminais de tancagem, armazéns, pátios de descarga de minérios, etc. e diversas plantas indus-

triais²³) gerou movimentos contestatórios. Apesar de suas perdas, conseguiram adiar ou limitar os objetivos originalmente estabelecidos por esses projetos, evidenciando sua capacidade de condicionar a ação econômica (Santos; Ramalho; Lima, 2013; Alves, 2014; Sant'Ana Junior, 2016). Uma das principais reivindicações no combate ao Complexo Portuário foi a demanda pela criação de uma unidade de conservação, a Reserva Extrativista (RESEX) Tauá Mirim. Apesar de esses movimentos não serem classificados como agroecológicos, existe, atualmente, uma convergência de agendas e princípios que os aproxima do campo agroecológico e da resignificação de suas lutas históricas originárias do socioambientalismo²⁴ (Sant'Ana Junior *et al.*, 2009).

Uma das lideranças das comunidades tradicionais da Zona Rural relaciona a descoberta da agroecologia à identificação com práticas comunitárias e ancestrais vinculadas aos recursos e relações do território. Isso confirma a visão de Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), segundo a qual a agroecologia cria inovação com base na tradição:

A agroecologia é um termo, para mim, assim, novo, né? Mas este encontro sustentável da natureza: recolhe aquilo que a natureza nos dá, já é bastante antigo, desde a época dos nossos pais ou dos nossos avós. E não é só eu aqui. Uma produção de mandioca, que antigamente era o foco, fazer farinha e viver do extrativismo, dos recursos naturais: man-

ga, juçara, buriti, tudo com muita abundância e com muito respeito, porque na época de nossos avós, diziam que só podia colher a fruta quando ela estivesse bem madura, então a gente aprendeu isso. Mas, não existia na época a comercialização desses produtos, existia uma troca. (entrevista concedida à autora em 27 set. 2023)

Além disso, essas articulações levaram a um grande movimento para evitar a diminuição da Zona Rural da cidade e contra outras normas que favoreciam o capital imobiliário durante a revisão do Plano Diretor de São Luís. Apesar de o novo Plano Diretor, aprovado em 13 de março de 2023, ter resultado na redução de 30% da Zona Rural de São Luís, não foi a redução de 40% inicialmente proposta, e sua aprovação foi adiada por cinco anos de intensas lutas e protestos populares.

A luta pela criação da Reserva Extrativista Tauá Mirim e a formação autogestionada do Conselho Gestor da Resex transformaram-se em uma importante unidade de mobilização (Almeida, 2004), reunindo a luta de diversas comunidades e associações de moradores e pescadores da Grande Ilha. A Feira da Resex foi criada em dezembro de 2019 e ocorre mensalmente na UFMA. O evento é organizado pelo Conselho e pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA). O sindicato de professores da UFMA (APRU-

23 Tais enfrentamentos têm suas origens desde os anos 1970, a partir de projetos de integração da Amazônia à expansão capitalista brasileira (Sant'Ana Junior, 2016).

24 A luta pela proteção dos territórios tradicionais da Grande Ilha começou na década de 1980, com o Comitê de Defesa da Ilha, contra a instalação do Consórcio Alumar. Esse comitê era composto por moradores das áreas afetadas, líderes de movimentos sociais, sindicalistas, intelectuais e artistas. Na década de 2000, surgiu o Movimento Reage São Luís (Sant'Ana Junior, 2016; Alves, 2014) e a reivindicação pela Reserva Extrativista de Tauá Mirim, que se tornou um instrumento legal de defesa para as comunidades rurais e pescadores.

MA) e a ONG Tijupá fornecem apoio logístico, incluindo transporte, mesas, cadeiras, equipamento de som e barracas. A ONG também foi convidada a participar da gestão da feira.

Em relação ao engajamento com a agroecologia, e à presença de grupos do Baixo Munim e da Grande Ilha em espaços de comercialização agroecológicos e solidários, o representante da Tijupá considera que esses grupos possuem características tradicionais e foram menos atendidos pelas políticas de modernização voltadas à agricultura familiar.

A Zona Rural I é quando tu sai aí da Ilha e tu passa ali dos dois lados, que eles investiram mais e que têm mais gente que trabalha com a agricultura convencional mesmo, com grande aporte de veneno, mecanização... essas coisas. A zona rural II você tem que ir pelo porto, passa pela Vila Maranhão e tal. A Zona Rural II já tem uma característica mais extrativista, tanto é que é lá que tem a briga pela Resex de Tauá-Mirim e é muito forte a questão da pesca artesanal e das marisqueiras. Só que na Zona Rural I tem alguns polos interessantes, tem o de Igarauá inclusive, pessoal lá trabalha a agroecologia, não são todos, mas tem um grupo bom. Tem também na Matinha, que é no caminho ali, entrando por Quebra-Pote, a Matinha também tem produtores agroecológicos. Na Zona Rural II tem muito mais gente que trabalha agroecologia, é um pessoal ligado à terra; aqui na beira da BR tem muita ocupação, tem muita gente de fora, lá não [Zona Rural II]. É uma população tradicional mesmo, filhos de agricultores que estão lá até hoje. (entrevista concedida à autora em 03 out. 2023).

Após dez anos de amadurecimento em experiências de comercialização agroecológica e solidária, foi criada a Rede Paneiro de

Comercialização Agroecológica. Essa rede engloba os seguintes espaços de comercialização: Feira Agroecológica de Morros (semanal), Feira Agroecológica de Rosário (mensal), Feira Agroecológica de Presidente Juscelino (mensal) e Feira Agroecológica e Solidária de São Luís (mensal).

Esse conjunto de práticas de comercialização evidencia a relevância cada vez maior do mercado como foco da ação política dos movimentos sociais (Portilho, 2020). O responsável pelo eixo de Economia Solidária da Tijupá ressalta que as feiras são vistas como praças de mercado que realmente asseguram a autonomia do agricultor, em contraste com os mercados institucionais. Como resultado desse entendimento, a Rede Paneiro acredita que a Lei de Agricultura Orgânica (Lei 10.831/2003) oferece um caminho para o fortalecimento de um circuito estadual de feiras agroecológicas estaduais, que em seu parágrafo 2 do Artigo 1º afirma:

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Em outras palavras, para assegurar a institucionalidade dos mercados agroecológicos, os membros da Rede Paneiro avaliam a obtenção da certificação orgânica como uma estratégia de legitimação da agroecologia. Essa é uma trajetória que outras redes de agroecologia no país também estão seguindo, embora os significados atribuídos a esse percurso e a maneira como utilizam a certificação possam variar (Niederle; Wesz Junior, 2018).

O coletivo da Rede Paneiro acredita que o formato mais apropriado é o da certificação participativa. Segundo o representante

da ONG Tijupá, é necessário conscientizar instituições públicas, como a SAF, para que colaborem no incentivo dessas iniciativas, já que os meios organizativos para os sistemas participativos de garantia ainda são bastante incipientes no Maranhão. Quando questionado sobre qual seria a melhor via institucional para buscar apoio do governo, se pela SAF ou pela SETRES, ele considera que a SAF é a escolha mais adequada, pois é onde está sediado o Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO). Outro desdobramento dessa proposta é o acesso aos mercados institucionais com a adição de valor aos produtos certificados como orgânicos: “a ausência de certificação orgânica inviabiliza imediatamente o agroecológico, pois não há respaldo legal”.

Nesse contexto de comercialização alternativa em São Luís, merece destaque a criação do Armazém do Campo, uma loja destinada à venda de produtos do MST, inaugurada em julho de 2019. Outras cidades (como o Rio de Janeiro, em 2018) também estão implementando essa iniciativa. A dedicação do movimento à criação de um espaço de comercialização evidencia a mudança de foco, que antes estava fortemente centrado na produção, para as questões de abastecimento, consumo e ativismo alimentar.

Quanto à institucionalidade municipal, a SEMAPA é responsável pela maioria dos mercados de alimentos da cidade, que conta com 30 mercados e 9 feiras livres. Em vários depoimentos, destacou-se que por motivos políticos faltava diálogo e colaboração institucional entre os níveis municipal e estadual. Na prática, no entanto, os agricultores familiares de São Luís recebem assistência de forma alternada ou simultânea por meio de serviços, projetos e políticas públicas de ambos os níveis, além das iniciativas federais (como PNAE, PAA,

PRONAF e outras), que são implementadas por essas duas esferas.

Nesses mercados, embora a maioria dos feirantes vendam produtos provenientes de grandes centrais de abastecimento, são os mercados municipais (mercados e feiras) de São Luís e da Grande Ilha, juntamente com as pequenas feiras da agricultura familiar (SAF/AGERP) e mercados institucionais, que permitem que os agricultores da Região Metropolitana vendam sua produção – seja de maneira direta ou indireta (Carneiro; Braga, 2020). A administração da SEMAPA (2021-2024) se destacou por investimentos na organização dos mercados e na estruturação de cinco cadeias produtivas, com base em seus respectivos polos de aceleração de produção. Nota-se que a menção à agroecologia na SEMAPA está voltada para ideias de sustentabilidade, alinhando-se ao conceito que Guéneau *et al.* (2019) caracterizam como próximo da agricultura empresarial.

A SEMAPA firmou uma parceria com o SENAR para capacitar agricultores familiares por meio do Curso de Gestão Negócio Certo Rural. Esse curso seleciona os agricultores mais organizados e preparados para integrar as cadeias produtivas. Nota-se que os valores e práticas promovidos pelo SENAR adotam uma perspectiva empresarial, abordando as semelhanças e diferenças entre uma empresa urbana e uma empresa rural. Isso inclui aspectos como salário, descanso, distinção entre recursos da empresa e pessoa física, além da identificação das unidades produtivas como agronegócio.

é preciso ver o trabalho de vocês como uma empresa rural.

Vocês precisam entender que o que vocês fazem é agronegócio (...) não só os grandes têm, os pequenos também. (Instrutora do Curso Negócio Certo Rural do SENAR, em 02 out. 2023)

4.2. Rio de Janeiro

As experiências do GAE, bem como de pesquisadores da UFRRJ e EMBRAPA em assentamentos próximos à UFRRJ, como o Assentamento Casas Altas, também chamado Mutirão Eldorado (Frade, 2000), representam exemplos de iniciativas de agroecologia na Região Metropolitana. O envolvimento de pesquisadores e alunos das áreas de ciências agrárias e humanas, nas discussões sobre a luta pela terra e a reprodução social da agricultura familiar na região, também favoreceu seu enraizamento local (Carvalho, 2025).

Na capital, inicia-se o processo de transição para a produção orgânica dos agricultores da região do Rio da Prata (afetados pela implantação do Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB). A partir de 1999, incentivados por um projeto da ONG Roda Viva, formaram uma associação de produtores orgânicos e estabeleceram a Feira Orgânica de Campo Grande. O engenheiro agrônomo Ronaldo Salek, que atuava na área de agroecologia e produção orgânica na Pesagro-RJ, liderou esse processo.

Para além dessas experiências territoriais é importante recuperar o papel da cidade do Rio de Janeiro como mercado consumidor de produtos de outras regiões, sobretudo a produção orgânica que se estabeleceu na Região Serrana. Iniciativas como Coonatura (1979), ABIO (1985) e a Feira da Glória (1994) foram fundamentais para a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) em 2010, que atualmente conta com 21 feiras distribuídas pela cidade. Apesar de ser protegido por lei municipal, o circuito conta com pouco suporte da Prefeitura.

A criação do grupo de compras coletivas Rede Ecológica em 2001 também foi significativa para facilitar o acesso a produtos orgânicos na cidade. Essa iniciativa

foi impulsionada por duas ex-associadas da Coonatura. A Rede Ecológica gradualmente estruturou a aquisição de produtos frescos e secos de produtores de diversas regiões do país, estado e município, priorizando assentamentos, movimentos sociais e agricultores familiares. Atualmente, conta com aproximadamente 200 membros e 9 núcleos na cidade, além de um em Nova Iguaçu.

Como resultado do movimento histórico de organização da produção orgânica e escoamento para a capital, o CCFO foi formado principalmente por agricultores do estado do Rio de Janeiro. Como já mencionado, esses agricultores em geral possuíam mais recursos culturais e econômicos para enfrentar as dificuldades iniciais do mercado e os custos mais altos, em comparação com outras feiras agroecológicas (deslocamento, aluguel de barracas, gestão profissional da feira, certificação orgânica, etc.). Mas, sem dúvida, o CCFO gerou novas oportunidades de mercado e dignificação social para os produtores cariocas e metropolitanos, que, de forma progressiva, buscaram a certificação orgânica para acessar esse mercado.

Retornando ao processo de territorialização da agroecologia, a ONG AS-PTA vinha implementando projetos de agricultura urbana em quintais de bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, desde 1999 (Monteiro; Mattos, 2004). Em parceria com diversos coletivos, a organização promoveu os Encontros de Experiências de Agricultura e Saúde na cidade (EASC), nos anos de 2005, 2007 e 2009. O último desses encontros resultou na criação da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), importante movimento de agroecologia no Rio de Janeiro. Um dos marcos da mobilização em favor da agricultura urbana acontece em 2003, no Governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse contexto,

a agricultura urbana é entendida como um componente de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo capaz de gerar alimentos saudáveis e ao alcance dos habitantes da cidade (Mattos *et al.*, 2015).

Em 2006, o projeto Profito (Fiocruz/Farmanguinhos) implementou uma iniciativa voltada à criação de mercados de plantas medicinais, em parceria com agricultores tradicionais residentes no Parque Estadual da Pedra Branca. A complexidade de questões políticas e econômicas trazidas pelos produtores estimulou a equipe do Projeto a trabalhar de modo articulado a outros coletivos, e a incentivar a participação dos produtores em redes de agroecologia, fóruns e conselhos.

O ano de 2010, portanto, marcou a aproximação da equipe do Profito e os agricultores familiares residentes no PEPB com a Rede CAU, a ONG AS-PTA e a AARJ. Há, a partir desse momento, uma articulação de pautas e identidades entre a agricultura familiar e a agricultura urbana, acionadas pela Rede CAU e pela própria AS-PTA que, nos anos de 2011 e 2013, ganha editais da Petrobrás orientados à agricultura familiar e fomento de mercados locais na Região Metropolitana²⁵.

Em 2007, na Região Metropolitana, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cria a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Essa ação visava promover a agricultura familiar e incentivar a transição para práticas produtivas sem agrotóxicos entre assentados e pequenos proprietários. No ano

seguinte, a Emater passou a ser responsável pela coordenação pedagógica da Escolinha. Com o tempo, as colaborações se ampliaram com a inclusão da ONG AS-PTA, EMBRAPA, UFRRJ, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio) e Federação da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) (Strauch; Mendonça; Rosa, 2012).

O conjunto dessas experiências resultou na estruturação de mercados agroecológicos na Região Metropolitana e capital, que assumiram diferentes formas de nomeação e identidades: feiras da roça, feiras da agricultura familiar ou feiras agroecológicas, que estão relacionadas a critérios político-identitários, estágios de transição agroecológica, restrições e normatizações sanitárias e de ordem pública, entre outros. Assim a Feira da Roça de Nova Iguaçu, criada em 2006, a Feira da Roça de Queimados em 2010, e a de Japeri em 2011, são compostas por produtores que passaram pela Escolinha de Agroecologia. Também na Região Metropolitana, surge em 2012 a Feira da Agricultura Familiar de Magé²⁶; em 2014 a Feira Agroecológica de Guapimirim²⁷; em 2015 a Feira da Agricultura Familiar em Maricá; em 2016 a Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (Seropédica); e em 2018 a Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (Campus Nova Iguaçu).

Na capital, além da Feira Orgânica de Campo Grande, criada em 2000 e reinau-

25 O “Projeto Semeando Agroecologia” em fevereiro de 2011, e posteriormente em 2013 “Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais”.

26 Embora não seja orgânica, vários de seus participantes têm certificação orgânica e contam com a assessoria da AS-PTA. A identidade da feira vinculada à agricultura familiar aponta, entre outros aspectos, que é o agricultor ou sua família que está comercializando os produtos, em contraste com as feiras convencionais, dominadas por intermediários.

27 Segundo um de seus organizadores, a Feira de Guapimirim se fragilizou muito com a pandemia. Em 2023, foi suspensa, quando a Prefeitura fechou a Praça da Emancipação para reformas. A Praça foi reinaugurada, mas a feira ainda não retornou.

gurada como Feira Agroecológica em 2014, surge em 2010 a Feira Agroecológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); em 2013, a Rede CAU organiza a Feira Agroecológica da Freguesia; em 2014 a Feira Josué de Castro²⁸ na Escola (ENSP/Fiocruz) e a Feira Orgânica do Rio da Prata; e em 2016 é criada a Feira da Roça, Agroecologia e Cultura de Vargem e a Feira Agroecológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Tanto o CCFO quanto o circuito informal de feiras agroecológicas são espaços sociais nos quais se estabelecem relações de confiança entre produtores e consumidores, e nos quais ambos aprendem sobre alimentos, seus preparos, gostos e regras de funcionamento dos mercados (como o uso de embalagens, preços, questões sanitárias, qualidade dos alimentos, entre outros), assim como compartilham modos de vida. Os consumidores ampliam seu conhecimento sobre os sacrifícios dos produtores para levar seus produtos à feira e sobre outras adversidades enfrentadas por eles no dia a dia. Os agricultores-feirantes, por sua vez, passam a considerar os sacrifícios dos consumidores, que envolvem cuidados com a saúde, dietas restritivas, horários e locais limitados para a comercialização, além de questões de gosto e busca por alimentos específicos.

No entanto, ao comparar a dinâmica de funcionamento das feiras do CCFO e das feiras agroecológicas, percebe-se que, enquanto nas primeiras as práticas cotidianas se baseiam fundamentalmente nas trocas mercantis e nas relações de sociabilidade entre feirantes e consumidores, nas segundas há uma agenda permanente de ativismos políticos e atividades formativas. Nesse

sentido, as feiras agroecológicas se tornam espaços de formação política por meio de oficinas, debates, degustação de alimentos, arte e cultura, não apenas para os consumidores, mas também para os agricultores e feirantes. Temas relevantes da pauta agroecológica e da agenda política da cidade são trabalhados nessas praças de mercado.

A Feira da Roça de Vargem Grande, por exemplo, foi criada em 2016, ano em que a prefeitura, em consórcio com a empresa Odebrecht, anunciou a implantação de um bairro-empresa na região. Em reação a essa iniciativa, uma intensa mobilização popular propôs um plano de moradia popular, acionando o lema “Morar e Plantar”. A feira se tornou um importante espaço de ativismo, sensibilizando seus participantes para as ameaças em curso. Durante a revisão do Plano Diretor entre 2018 e 2023, a feira teve intenso protagonismo, inclusive se fazendo representar em audiências públicas na Câmara de Vereadores.

O menino Henrique foi representante da Feira da Roça e agricultores locais no Projeto Ará da @fiocruzmatatlantica, em defesa da agricultura familiar em audiência do Plano Diretor. Mas plano diretor não é sobre urbanismo? Sim, ele define o zoneamento da cidade, porém, a forma com que definem esse zoneamento impacta diretamente a produção agroecológica e orgânica. E é isso que lutamos, por reconhecimento das pequenas áreas de produção, por reconhecimento da agricultura familiar e urbana. Toda a Zona Oeste traz em sua história a agricultura que, ao longo dos anos, vem sendo esmagada pelo crescimento imobiliário desordenado, mas há resistência! (@feiradarocavg, 19 out. 2022)

28 Funciona no campus da Fundação Oswaldo Cruz e é organizada por membros da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). A feira funciona quinzenalmente.

Considerações finais

Com base no conceito de transição agroecológica, o texto descreveu processos multiescalares e de longa duração de movimentos de resistência e proposição de modelos alternativos de desenvolvimento no Maranhão, no Rio de Janeiro e em suas capitais. Dentro dos limites de um artigo, foi apresentada uma perspectiva panorâmica de uma ecologia de projetos, com seus atores, instituições, processos e representações, que ao longo de quarenta anos contribuíram para o adensamento da pauta agroecológica. Assim foram considerados em ambos os casos os indicadores da agricultura familiar, processos de territorialização e institucionalização da agroecologia, bem como o papel dos mercados como instância de reconversão material e simbólica para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

A comparação entre as regiões metropolitanas de São Luís e Rio de Janeiro revela processos estruturais análogos, embora apresentem diferentes condições institucionais e indicadores relativos à agricultura familiar. Apesar da intensidade da perda de cerca de 55% da área de estabelecimentos da MRH São Luís, o estudo de Braga e Carneiro (2019) apontou a capacidade de resiliência da agricultura familiar que conta com apoios institucionais nas instâncias estaduais e municipais, viabilizando acesso a mercados e políticas públicas federais.

No que diz respeito às condições de reprodução da agricultura familiar nos dois estados e suas respectivas capitais, identifica-se o enfrentamento a processos estruturais semelhantes, relacionados à expansão de grandes projetos de desenvolvimento e complexos industriais, que

vão aos poucos transformando os espaços rurais e suas relações com a produção de externalidades, apropriação e uso especulativo das terras, alterações de zoneamento, etc. Também nos grandes centros, temos a estruturação de grandes cadeias de abastecimento de alimentos e exigência crescente de tecnificação da agricultura, que passa a competir com essa agricultura local, e que historicamente abastecia esses centros. Desse modo, foram identificadas tendências parecidas de fracionamento do solo, diminuição significativa dos estabelecimentos e fragilidade crescente da agricultura familiar. No entanto, tais processos de mudança social possuem historicidades distintas e condicionados a dinâmicas regionais diferentes.

Considera-se como um fator positivo para o desenvolvimento da agroecologia no Maranhão, a forte expressão da agricultura familiar e a existência de instituições voltadas ao seu atendimento nas instâncias estaduais e municipais, assim como a possibilidade de interlocução da SAF com os movimentos sociais no campo e as redes de agroecologia. No entanto, na visão de representantes do movimento de agroecologia, predomina nessas instituições uma lógica modernizadora e produtivista da agricultura familiar, na qual a agroecologia ainda não encontrou espaço.

Ao longo da pesquisa na Região Metropolitana de São Luís, foram muitos os relatos de agricultores que afirmaram fazer entregas para o mercado institucional, via PNAE e PAA. Já na cidade do Rio de Janeiro, os mercados diretos são opções praticamente exclusivas de escoamento da produção.

Em ambos os estados, a agroecologia vem atuando e sensibilizando os agricultores mais frágeis, pouco ou nada inseridos em merca-

dos, muitas vezes em situações de violência e expropriação nas áreas rurais e urbanas.

No caso fluminense, no final dos anos 1970, o movimento agroecológico, em seu início associado a valores ambientais cosmopolitas, exerceu influência sobre neorrurais e agricultores com mais recursos culturais e econômicos, resultando na estruturação dos mercados orgânicos na capital. De modo paralelo, a agroecologia também se disseminou entre técnicos e organizações sociais financiados por políticas públicas de ATER em assentamentos e outras modalidades, e assim puderam sistematizar experiências agroecológicas em diferentes regiões do estado.

Assim, no estado do Rio de Janeiro, identificou-se um processo bastante precoce de organização de mercados alternativos, estimulando duas décadas mais tarde a organização de um circuito de feiras orgânicas e de processos de convencionalização da produção orgânica. Já as feiras agroecológicas, ainda que seguindo caminhos próprios, se organizaram de forma complementar, desafiante ou buscando oportunidades de mercado abertas pelos mercados orgânicos.

Em São Luís, por sua vez, o debate sobre a certificação orgânica está apenas começando e se dá em um contexto de maior organização dos circuitos agroecológicos e solidários, o que pode resultar em configurações diferentes da experiência carioca, adequando processos de certificação orgânica às reivindicações e pautas agroecológicas. O acompanhamento das dinâmicas que envolvem a construção dos mercados analisados indica a multiplicidade recente de ativismos políticos orientados para os mercados e por meio dos mercados.

Referências

ALENTEJANO, P. A triste marcha da desigualdade e da crise no espaço agrário do Rio de Janeiro. Niterói, Grupo de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos do Brasil –AGB – Seções Rio de Janeiro e Niterói, 2019.

ALMEIDA, A. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, Natal, v. 6, n.1, p. 9-32, maio, 2004.

ALVES, E. Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís, em São Luís-MA. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, C; CARNEIRO, M. S. Transformações na agricultura periurbana da MRH da aglomeração urbana de São Luís: uma análise a partir dos censos agropecuários de 2006 e 2017. Revista Raízes, Campina Grande, v. 39, n. 2, p.241-261 jul./dez. 2019.

CARNEIRO, M; BRAGA, C. Alternativo versus convencional: uma análise da inserção de agricultores familiares periurbanos em circuitos de comercialização no município de São Luís/MA. Redes, Santa Cruz Sul/RS, v. 25, n. 2, p. 545-569, maio-ago., 2020.

CARVALHO, I. Agroecologia em assentamentos da Baixada Fluminense: resistência camponesa nas margens da metrópole. Seropédica: Ed. UFRRJ, 2025.

CIDADE-BRASIL. Cidades do Brasil. Disponível em: Cidades e municípios brasileiros - Informações sobre os estados, cidades e municípios do Brasil. Acesso em :12 jun. 2025.

FERREIRA, J. Os agentes da construção política de mercados. Iluminuras, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013.

- FRADE, C. **A construção de um espaço para pensar e praticar a Agroecologia na UFRRJ e seus arredores.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2000.
- GARCIA PARPET, Marie France. Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.123-147, 2021.
- GOLLO, A. **Documento descritivo com as contribuições do estado RJ (Propostas e aperfeiçoamento de políticas públicas) para o Planapo 2024-20271(Versão para validação em 10/10/2023).** Mimeo, 2023.
- GOLLO, A. *et al.* (orgs.). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas.** Rio de Janeiro: AS-PTA/PACS, 2014.
- GUÉNEAU, S. *et al.* Rumos, ensinamentos e perspectivas para as políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. In: SABOURIN, E. *et al.* (orgs.). **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais.** Curitiba: CRV, 2019. p. 197-218.
- GUÉNEAU, S.; LIMA NETO; BRAGA, C. O processo de construção da política de agroecologia e produção orgânica do estado do Maranhão – PEAPO-MA. In: SABOURIN, E. *et al.* (orgs.). **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais.** Curitiba: CRV, 2019. p. 197-218.
- LAMINE, C. *et al.* **Construindo conhecimentos compartilhados para transições agroecológicas em sistemas alimentares territoriais: a experiência da rede internacional ATTER.** *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.1-6, 2024.
- LOCH, V. *et al.* **Jornadas agroecológicas do Baixo Munim como instrumento pedagógico para troca e validação de conhecimento entre agricultores e estudantes do Núcleo em agroecologia.** *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, p.1-5, jul. 2018.
- LOURENÇO *et al.* (orgs.). **Do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022.
- LUZZI, N. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAS e da experiência do PTA/FASE. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. *Anais eletrônicos [...]*. Caxambu, 2008.
- MATTOS *et al.* **Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil.** *Revista Advir*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 7-17, 2015.
- MEDEIROS, L. **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro.** Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA/FAPERJ, 2015. Disponível em: [Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro - 1946-1988.pdf](#). Acesso em: 12 ago. 2025.
- MEDEIROS, L. S. de; SOUZA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. de C. (org.). **Mundo rural e cultura.** São Paulo, Mauad/Pronex, p. 179-204, 2002.
- MOREIRA, P. **“Por uma comida sem veneno”: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985).** 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2022.

- NIEDERLE, P. *et al.* Cardápio de ideias para políticas alimentares nas cidades. Porto Alegre: UFRGS, 2024. 40f. Disponível em: (PDF) CARDÁPIO DE IDEIAS PARA POLÍTICAS ALIMENTARES NAS CIDADES. Acesso em 24 maio 2025.
- NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, W. *Novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018.
- PACHECO, F.; LINDOSO, J. (orgs.). *Experiências agroecológicas no estado do Maranhão*. Seagro/Rama, São Luís, 2007.
- PALM, J. *Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos a partir de uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial com base em estudo na Região Serrana Fluminense*. 2021. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2021.
- PEREIRA, M. In: MACIEL, C.; GONÇALVES, C.; PEREIRA, M. (orgs.). *Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário*. Recife, PE: EDUFPE, p. 111-119, 2012.
- PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F.; CAPORAL, F. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. *Revista Agriculturas*, Piracicaba/SP, n. especial, p. 85-104, out. 2009.
- PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político: duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul/RS, v. 25, n. 2, maio-agosto, p. 411-432, 2020.
- SABOURIN, E. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. *Estud. Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013.
- SANT'ANA JUNIOR, H. *et al.* *Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim*. São Luís: UFMA, 2009.
- SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. *Cadernos CRH*, v.29, n.77, p. 281-294, maio-ago., 2016.
- SÃNTOS, M. Prefácio. In: PACHECO, F.; LINDOSO, J. (orgs.). *Experiências agroecológicas no estado do Maranhão*. Seagro/Rama, São Luís, 2007.
- SANTOS, I. *et al.* Agricultura familiar no Maranhão: uma breve análise do Censo Agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 55-70, ago, 2020.
- SANTOS, R. P.; RAMALHO, J. S.; LIMA, R. J. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 175-200, jun. 2013.
- SCHMITT, C.; PETERSEN, P. Transição agroecológica: revisitando o conceito a partir das experiências desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares no Semi Árido brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Recife, v. 4, n. 2, p. 3987-3990, nov. 2009.
- STRAUCH, G. F; PALM, J. L. Uma leitura da trajetória histórica de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica (PEAPO) no estado do Rio de Janeiro. In: SABOURIN, E. *et al.* (orgs.). *Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*, Curitiba-PR, Ed. CRV, 2019. p. 99-120.
- STRAUCH, G.; MENDONÇA, M.; ROSA, M. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Agriculturas*, Piracicaba/SP, v. 9, n. 2, p. 29-34, set. 2012.

RESUMO

O artigo traz um panorama da evolução da agricultura familiar e de processos de transição agroecológica nos estados do Maranhão, Rio de Janeiro e respectivas regiões metropolitanas (São Luís e Rio de Janeiro). Enquanto na capital fluminense, observa-se o abandono institucional das políticas públicas orientadas à agricultura familiar. Em São Luís, observa-se a existência de secretarias estaduais e municipais com esta temática empenhadas em pautas da agricultura familiar e comercialização, ainda que criticadas pelo perfil modernizador de sua atuação e pouca institucionalidade da pauta agroecológica. Os resultados da pesquisa apontam para a década de 2010, como o momento em que os mercados (em especial, as feiras) ganham força como espaço social de luta no âmbito dos movimentos sociais de agroecologia. Os mercados, neste sentido, ganharam projeção como espaço de produção de ativismos alimentares e de maior dedicação por parte de atores políticos.

PALAVRAS-CHAVE

Agroecologia. Agricultura familiar. Agricultura urbana. Feiras.

ABSTRACT

The article presents an overview of the evolution of family farming and agroecological transition processes in the states of Maranhão, Rio de Janeiro and their respective metropolitan regions (São Luís and Rio de Janeiro). In the capital of Rio de Janeiro, there is an institutional abandonment of public policies aimed at family farming. In São Luís, there are state and municipal departments dedicated to this theme, committed to family farming and marketing issues, although criticized for the modernizing profile of their activities and the lack of institutionalization of the agroecological agenda. The results of the research point to the 2010s as the time when markets (especially fairs) gained strength as a social space of struggle within the scope of agroecological social movements. In this sense, markets gained prominence as a space for the production of food activism and greater dedication on the part of political actors.

KEY-WORDS

Agroecology. Family farming. Urban agriculture. Fairs.

Recebido em: 13/06/2025

Aprovado em: 29/08/2025